



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

PARECER PRÉVIO Nº 001/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO

1-Processo TCE nº 10026/2012.

Apensos: 10060/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Raimundo Nonato Souza Martins, Prefeito Municipal.

6- Unidade Técnica: DCAMI - Relatório Conclusivo nº 073/2012 (fls. 413/917).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 29/2012- MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2011.
Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
Desaprovação das Contas Anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, III, da Resolução nº 09/1997, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceitua o art. 71, VI, da Constituição da República e o art. 40, inciso V da Constituição Estadual, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, à unanimidade, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando à Câmara Municipal a **DESAPROVAÇÃO** das Contas da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, exercício 2011, de responsabilidade do Senhor RAIMUNDO NONATO SOUZA MARTINS, Prefeito Municipal, com fulcro no art. 31, §§ 1º e 2º da CF/88 c/c art. 127 da CE/89, art. 18, I da LC 06/91, art. 1º, I e art. 29 ambos da Lei 2.423/96 e art. 11, II da Resolução TCE 04/2002 – RI.

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 2-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

PARECER PRÉVIO Nº 001/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO

Processo TCE nº 10026/2012– FL.02.

10-Ata: 4ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 04 de fevereiro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada) e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13-Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Convocada

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral.

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 2-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 001/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 001/2013)

1-Processo TCE nº 10026/2012.

Apenso: 10060/2012.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença.

4- Exercício: 2011.

5- Responsável: Sr. Raimundo Nonato Souza Martins, Prefeito Municipal e Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: DCAMI - Relatório Conclusivo nº 073/2012 (fls. 413/917).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 29/2012- MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.

8- Relator: Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício de 2011.
Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Determinação à
SEPLENO, DCAP e Comissão de Inspeção.
Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Acórdão, em consonância com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

9.1- À unanimidade, nos termos do Relator:

9.1.1- Julgar IRREGULAR a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de São Paulo de Olivença, exercício 2011, de responsabilidade do Senhor RAIMUNDO NONATO SOUZA MARTINS, Ordenador da Despesa, com fulcro no art. 1º, II, c/c o art. 22, II, da Lei 2.423/96; art. 5º, II, c/c o art. 188, II, § 1º, III, “b” da Resolução 04/2002-RITCE;

9.1.2-Recomendar ao atual Prefeito Municipal de São Paulo de Olivença que:

a) Cumpra os limites de gastos com pessoal estabelecido no art. 29-A, II da CF/88;

b) Observe com máximo o rigor o disposto no art. 13 da LRF, quanto as providências visando a sonegação e a renúncia fiscal;

c) Cumpra com o máximo rigor os prazos para o encaminhamento da movimentação contábil via Sistema ACP, conforme a LC 05/91;

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 2-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 001/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 001/2013)

Processo TCE nº 10026/2012– FL.02.

d) Cumpra com rigor o art. 94 da Lei 4.320/64, visando aperfeiçoar e modernizar o sistema de controle dos bens patrimoniais;

e) Adote medida urgente no sentido de dar cumprimento aos art. 31, *caput* e art. 74 da CfF/88, quanto a implantação do Controle Interno;

f) Cumpra com máximo zelo os artigos 259 e 260 da Resolução TCE 04/02 quanto a obrigatoriedade para a remessa dos atos de pessoal a este Tribunal de Contas;

g) Observe com o máximo rigor a determinação constante no art. 164, § 3º da CF/88 e art. 156, § 1º da CE/89, para a manutenção das disponibilidades financeiras em banco oficial.

9.1.3-Determinar à DCAP que verifique se os atos de admissão dos 650 temporários contratados no exercício encontram-se nesta Corte; em caso positivo, a mesma deverá instruir o feito. E, em caso negativo, deverá tomar as medidas cabíveis, requisitando-os;

9.1.4-Determinar a Sepleno que extraia dos autos cópia desta documentação constantes às fls. 444-516, encaminhando-os à Dcap, para que esta Diretoria verifique se já se encontra autuado nesta Corte algum processo referente ao concurso em tela, caso contrário, a cópia desta documentação deverá ser encaminhada a Diepro para devida autuação e posterior análise da Dcap;

9.1.5-Determinar a próxima Comissão de Inspeção que verifique o cumprimento das recomendações e determinações constantes no Relatório-Voto;

9.1.6-Determinar o registro e o arquivamento destes autos e de seus apensos (**Processo 10.060/2012**) após cumpridas as medidas acima, nos termos regimentais;

9.1.7-Dar conhecimento desta Decisão ao Responsável.

9.2- Por maioria, nos termos do voto do Conselheiro-Relator, que acatou o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, de acordo com os artigos 1º, inciso XXVI e 52 da Lei nº. 2423/1996, multar o Senhor **RAIMUNDO NONATO SOUZA MARTINS**, Prefeito Municipal de São Paulo de Olivença e Ordenador de Despesas, nos seguintes valores:

9.2.1-R\$ 8.873,37 (oito mil oitocentos e setenta e três reais e trinta e sete centavos), de acordo com o artigo 308, inciso I, alínea “c”, da Resolução nº. 4/2002 (Regimento Interno), alterado pela Resolução nº. 01/2009, c/c o artigo 6º-A, inciso I, alínea “a” da citada Resolução, alterado pela Resolução TCE nº. 2/2007, correspondente a **R\$ 806,67** (oitocentos e seis reais e sessenta e sete centavos), por mês de competência
Processo TCE nº 10026/2012– FL.03.

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 2-PP da Resolução nº 30/2012-TCE/AM



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 001/2013 – DIRAC – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 001/2013)

(janeiro a novembro do exercício de 2011), relativo aos dados e demonstrativos contábeis ACP/Captura, remetidos ao Tribunal de Contas com mais de **30** (trinta) dias além do prazo fixado no artigo 4.º da Resolução n. 7/2002-TCE;

9.2.2-R\$ 6.453,41 (seis mil quatrocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos), nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 c/c o artigo 308, inciso V, alínea “a” do Regimento Interno (Resolução TCE n. 4/2002), alterada pela Resolução nº. 01/2009 – TCE;

9.2.3-R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do artigo 54, inciso II, da Lei n. 2.423/1996 c/c o artigo 308, inciso II, do Regimento Interno (Resolução TCE n. 4/2002), em razão das contas julgadas irregulares que não resultaram débito ao erário;

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias pra o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02.

Vencido o Conselheiro Julio Cabral referente ao valor da multa. Acompanhou o seu voto o Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

10-Ata: 4ª. Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11-Data da Sessão: 04 de fevereiro de 2013.

12-Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Convocada) e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13-Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Fui presente Procurador-Geral.

EAA/Decisório feito de acordo com o Mod. 2-PP da Resolução n º 30/2012-TCE/AM